

Paraná mantém propriedade do terreno das Cataratas do Iguaçu

22/09/2025

Procuradoria-Geral do Estado

A propriedade da área onde estão localizadas as Cataratas do Iguaçu, um dos maiores cartões-postais do País, segue sendo de titularidade do Estado do Paraná. As audiências de conciliação que foram feitas no Setor de Conciliações do TRF-4 nas últimas semanas não tiveram um resultado positivo.

Em fevereiro deste ano, [o Tribunal Regional Federal da 4ª Região \(TRF-4\) reconheceu como legítima a matrícula da área em nome do Estado](#), e desde então, a pedido do Estado, foram feitas reuniões de conciliação com a União na tentativa de destravar os próximos passos, mas elas não obtiveram sucesso porque o governo federal, representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), não concorda com a decisão favorável ao Paraná.

O objetivo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-PR) era definir, em diálogo com o governo federal, uma divisão clara de responsabilidades sobre a fiscalização e o monitoramento das áreas envolvidas no processo. Apesar da iniciativa paranaense em favor de uma solução consensual e definitiva, a posição da União é de que eventuais discussões devem ocorrer em eventual fase de cumprimento de decisão nos tribunais superiores.

"O Paraná chamou para o diálogo, mas a União não quis acordo. Mesmo com a Justiça reconhecendo a propriedade do Paraná, buscamos alternativas de solucionar definitivamente, mas União/ICMBio entenderam por manter a disputa judicial", afirma o procurador-geral do Estado, Luciano Borges.

- [Governador sanciona lei que institui Conselho e Conferência Estadual da Juventude](#)
- [Paraná ganha prêmio nacional com programa inédito para idosos comprarem casa própria](#)
- [Estado vai contratar empresas de engenharia para acelerar projetos de pavimentação](#)

O registro da área do Parque Nacional do Iguaçu abrange aproximadamente

1.085 hectares, equivalentes a 1.520 campos de futebol, incluindo o trecho brasileiro das Cataratas e o Hotel das Cataratas. O caso tem repercussão direta no futuro da gestão turística e ambiental das Cataratas do Iguaçu, que representa um peso relevante no turismo do Paraná e do Brasil.

Em agosto deste ano, por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu registrou o maior volume mensal de visitantes de sua história: foram quase 156 mil turistas de 115 nacionalidades, superando o recorde anterior, de 2019. No acumulado do ano, já são 1,32 milhão de visitantes, crescimento de 10,81% em relação ao mesmo período de 2024. Além de estrangeiros, viajantes de todos os estados brasileiros estiveram no parque.

A disputa teve início em 2018, quando a União ingressou com ação pedindo o cancelamento da matrícula 35.598 do Cartório de Foz do Iguaçu, alegando se tratar de área devoluta federal. O Estado comprovou, no entanto, que o terreno foi concedido pelo então Ministério da Guerra a um particular em 1910 e adquirido pelo Paraná em 1919, com escritura registrada.